



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**JUSTIFICATIVA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO (art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e art. 19, § 4º, do Decreto Municipal nº 2653/2023)**

**PROCESSO Nº: 07/2023**

**OBJETO:** refere-se ao Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, § 3º, II, do Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, para formalização de parceria com a organização da sociedade civil – OSC Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo – CARMOCEB, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 20.260.451/0001-75, a fim de possibilitar a transferência de recursos financeiros provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB visando a consecução de atividade de interesse público e recíproco consistente no atendimento dos alunos da Educação Infantil com idade entre 0 (zero) e 03 (três) anos de idade conforme Lei Municipal nº 2.093, de 2 de abril de 2024.

**VALOR GLOBAL DA TRANSFERÊNCIA:** R\$ 907.200,00 (novecentos e sete mil e duzentos reais)

**PERÍODO:** EXERCÍCIO 2024

**TIPO DE PARCERIA:** Termo de Colaboração

**VIGÊNCIA:** 9 (nove) meses

**PÚBLICO-ALVO:** crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.

A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, e considerando a Lei Municipal nº 2093/2024, vem por meio deste Termo:

**JUSTIFICAR A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO PEQUENAS COMUNIDADES DE NOSSA SENHORA DO CARMO - CARMOCEB CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.093, DE 02 DE ABRIL DE 2024.**

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 13.019/2014, conhecida como “Marco Regulatório do Terceiro Setor”, estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

**CONSIDERANDO** que o art. 31 da Lei nº 13.019/2014 prevê a inexigibilidade do procedimento administrativo de Chamamento Público “na hipótese de inviabilidade de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

*competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica”;*

**CONSIDERANDO** que a referida lei foi regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto nº 2.653, de 10 de julho de 2023;

**CONSIDERANDO** que a CARMOCEB é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade estatutária promover na comunidade a assistência social, educação, cultura, ecologia, saúde e outras atividades beneficentes, visando o desenvolvimento social do país, o enfrentamento da pobreza, podendo para este fim, criar, dirigir e manter instituições que visem à beneficência, a assistência social, a promoção humana, o ensino e a cultura;

**CONSIDERANDO** que o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe que a parceria que decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária será objeto de processo de inexigibilidade de chamamento público;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 2.093/2024, que “*Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar Termo de Colaboração com as Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo – CARMOCEB, na forma que especifica, e revoga a Lei nº 1939, de 21 de março de 2023*”;

**CONSIDERANDO** a contrapartida em bens oferecida pela CARMOCEB conforme Plano de Trabalho apresentado;

**CONSIDERANDO** que a entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remunera, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, atendendo aos critérios do art. 2º, I, ‘a’, da Lei Federal n.º 13.019/2014 e ao disposto no Decreto Municipal n.º 2.653/2023;

**CONSIDERANDO** que o Termo de Colaboração é o “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

**CONSIDERANDO** que o art. 148, V, e § 1º, I, da Lei Orgânica Municipal dispõe que para o atendimento pedagógico às crianças até 6 anos de idade, o Município deverá estabelecer política municipal de articulação junto aos centros educacionais infantis filantrópicas, mediante o fornecimento de instalações e equipamentos para os centros educacionais infantis e pré-escola, observados, dentre outros critérios, a prioridade para as áreas de maior densidade demográfica e de menor faixa de renda;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

### **Secretaria Municipal de Fazenda**

**CONSIDERANDO** que art. 149 da Lei Orgânica Municipal dispõe que “o Município aplicará anualmente nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica Municipal estabelece no parágrafo único do art. 5º que o acesso à Educação constitui direito social; e em seu art. 142 prevê que a educação, direito de todos, é dever do Poder Público e da sociedade e deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento de desenvolvimento da capacidade de elaboração, de reflexão da realidade e estímulos ao conhecimento científico, tecnológico e artístico;

**CONSIDERANDO** que a educação constitui pressuposto basilar para o desenvolvimento humano e social, e conforme o inciso V do art. 23 da Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à educação;

**CONSIDERANDO** que o art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

**CONSIDERANDO** que o direito da criança à educação infantil foi consagrado no inciso IV do art. 208 da Constituição Federal, o qual estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos;

**CONSIDERANDO** que esse direito foi reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no art. 54, IV, que prevê que é dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que “Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.194, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências”, estabelece em seu art. 7º, § 3º, I, ‘a’, que a distribuição de recursos que compõem os Fundos dar-se-á em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, observadas as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno (VAAF, VAAT ou VAAR) entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino e consideradas as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade, bem como o disposto no art. 10, admitindo-se para efeito da distribuição dos recursos previstos no *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

cômputo das matrículas na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos;

**CONSIDERANDO** que constitui verdadeiro dever do Município, apoiar, incentivar e proporcionar os meios de acesso à educação, notadamente considerando que a associação Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo – CARMOCEB de Monte Carmelo contribui diretamente para o atendimento e desenvolvimento educacional das crianças, promovendo assim o aprendizado e a socialização e proporcionando uma base escolar inicial sólida e, ainda, a interação entre educandos e educadores.

Há justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Monte Carmelo–MG e a CARMOCEB, CNPJ de n.º 20.260.451/0001-75 conforme Lei Municipal de n.º 2.093/2024 por Inexigibilidade de Chamamento Público conforme art. 31, II, da Lei Federal n.º 13.019/2014 e art. 19, § 3º, II, do Decreto Municipal n.º 2653, de 10 de julho de 2023, para consecução de atividade de interesse público e recíproco consistente no atendimento dos alunos da Educação Infantil com idade entre 0 (zero) e 03 (três) anos de idade.

Consoante Plano de Trabalho apresentado pela OSC, o objetivo geral da proposta é assegurar a oferta de educação com qualidade, promovendo o desenvolvimento integral, socialização e integração dos educandos e educadores para assegurar aos atendidos uma base escolar sólida.

Os objetivos específicos são: custear as despesas de manutenção dos centros de educação infantil mantidos pelo CARMOCEB, inclusive o pagamento de funcionários e respectivos encargos sociais e trabalhistas; envolver o aluno no processo ensino-aprendizagem como agente de construção e condução do saber; proporcionar ao educando uma formação integral e de qualidade; garantir o acesso e a permanência dos alunos na Educação Infantil.

Com efeito, a proposta possui como meta o atendimento integral de 268 (duzentas e sessenta e oito) crianças na faixa etária entre 0 (zero) a 3 (três) anos, de segunda à sexta-feira, das 7 (sete) às 17 (dezessete) horas, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria do processo educacional.

**Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e § 6º do art. 19 do Decreto Municipal n.º 2.653/2023, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, no Protocolo Geral da Prefeitura de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, n.º 129, 1º andar, Centro, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:00 h, cujo teor deve ser analisado em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.**

Monte Carmelo/MG, 10 de abril de 2024.

**ANA PAULA PEREIRA**  
*Secretária Municipal de Fazenda*